

O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social

Tânia Corghi Veríssimo

Resumo Através do presente artigo, pretende-se sustentar a hipótese da incidência do mecanismo da recusa no laço social, situando-o ante o racismo na cultura brasileira. Destacam-se como eixos principais deste texto: a reflexão sobre o caráter do discurso tecido por alguns brasileiros atravessados pelo fenômeno do racismo em sua história, o tema da constituição do narcisismo do negro no laço social, além da questão do racismo como discurso dirigido ao estrangeiro e revelador do desmentido da realidade.

Palavras-chave racismo; recusa; narcisismo; discurso social.

Tânia Corghi Veríssimo é psicóloga e psicanalista, membro da Rede de Atendimento Psicanalítico, aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

1 Grifos meus.

2 “Racismo é ‘estrutural e institucionalizado’ no Brasil, diz a ONU”. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>>.

3 Mito que denota a crença de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial identificada com clareza em outros países. Pesquisadores desmitificaram essa ideia ao dizer que o preconceito racial, embora não admitido como existente, está intrínseco à sociedade. Assim, constataram que ainda que a maioria da população brasileira se afirme não preconceituosa, apontará que conhece alguém próximo que o é. Para conhecer mais a fundo a noção de democracia racial, recomendo a leitura da obra *Casa-grande e senzala* (1933), escrita pelo historiador e sociólogo Gilberto Freyre.

Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós,
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz
*Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre País...*¹
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.

[Medeiros e Albuquerque, 1867-1934. Trecho do *Hino da República* – 1890]

No dia 12/9/2014, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um artigo em que explicitou a posição da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito do tema do racismo contra o negro no Brasil². Partindo de um relatório elaborado durante visita realizada no país em dezembro de 2013, momento no qual o debate em torno desse tema tornou-se acalorado aos ouvidos da sociedade, a matéria situou o fenômeno do racismo como algo *estrutural e institucionalizado* em nossa cultura. Algo tão institucionalizado que permeia todas as áreas da vida dos brasileiros. Dentre as questões sublinhadas pela Organização, merece destaque a referência ao chamado “mito da democracia racial”³, apontado como um dos grandes obstáculos para a transformação/resolução da questão do racismo, uma vez que engendra a *negação* substancial de sua *existência* em nosso país.

Ainda no mês de setembro desse mesmo ano, o ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, Pelé, conhecido mundialmente como *Rei Pelé*, em entrevista⁴, teceu comentários sobre o episódio de racismo envolvendo o jogador Mário Lúcio Duarte da Costa, Aranha,



*a linguagem deve ser pensada
como aquela que veicula as palavras,
mas que por si só traz a marca
da incompletude, das faltas
e das insuficiências*

goleiro que ao ser chamado de macaco pela torcida no estádio de futebol, indignado, interrompeu imediatamente a partida para reclamar sobre o ataque sofrido. Pelé se pronunciou:

O Aranha se precipitou em querer brigar com a torcida. Se eu fosse querer parar o jogo cada vez que me chamassem de macaco ou crioulo, todos os jogos iriam parar. O torcedor grita mesmo. Temos que coibir o racismo. Mas não é num lugar público que você vai coibir. O Santos tinha Dorval, Coutinho, Pelé... todos negros. Éramos xingados de tudo quanto é nome. Não houve brigas porque não dávamos atenção. Quanto mais se falar, mais vai ter racismo (*sic*).

A fala de Pelé abre interrogações. Primeiramente, ele afirma que a coibição do racismo não se dará em lugar público, fazendo-nos perguntar, afinal, onde seria o lugar para coibi-lo? Depois, o ex-jogador encerra sua fala em defesa do silenciamento, da não circulação de palavras, abrindo mais uma pergunta: quais serão os destinos dados para aquilo que marca o corpo do sujeito e não pode ser nomeado como violência?

Diante dessas matérias, ficam questões a serem pensadas pela psicanálise. Pretendo levantar algumas delas, elencando como eixos principais deste texto a reflexão sobre o caráter da linguagem e do discurso tecido por alguns brasileiros atravessados pelo fenômeno do racismo em sua história, o tema da constituição do narcisismo do negro no laço social e a questão do racismo como discurso dirigido ao estrangeiro, na relação com o desmentido da realidade. Através desses eixos, buscarei sustentar a hipótese da incidência do mecanismo da recusa ante o racismo em nossa cultura.

Com efeito, também destaco uma questão que pretendo desenvolver neste artigo: uma vez que a recusa refere-se ao que não foi possível de se constituir como questão para um psiquismo cindido – ironicamente existente em regime de *apartheid* psíquico –, a algo não nomeado/reconhecido pelo sujeito, ou seja, abolido simbolicamente, poderíamos pensar sobre o fenômeno do racismo, assunto tão em voga, tão debatido e instituído no discurso, através da chave da recusa?

Armadilhas da linguagem no cotidiano:
a recusa e o narcisismo brasileiro

Rosa⁵, em seu livro *Histórias que não se contam – o não-dito na psicanálise com crianças e adolescentes*, teceu considerações sobre a impossibilidade de qualquer enunciado ser completo e exaustivo em sua expressão subjetiva. Segundo a autora, há sempre “um a mais” não-dito no enunciado presente e atuante para os sujeitos em suas relações, sendo o Não-Dito uma manifestação inerente à fala, denunciadora das diferentes facetas da linguagem, que traz à tona a relação com o inconsciente e a articulação desejo-castração no momento em que o sujeito se vê envolto pela complexa tarefa de expressar-se.

A linguagem, nesse sentido, deve ser pensada como aquela que veicula as palavras, mas que por si só traz a marca da incompletude, das faltas e das insuficiências, fazendo o sujeito falante ter que se defrontar com os limites da expressão e a construção de *manobras* na tentativa de dar conta da tessitura de uma narrativa perante a realidade. Poderíamos denominá-las *manobras da expressão*, estas que invariavelmente revelam caráter capcioso e constituinte para nós, sujeitos de linguagem. Chamam a atenção algumas das injunções construídas que retratam a posição do negro na cultura brasileira. O que significa dizer, por exemplo, “Fulano é negro, mas é honesto”? Ou então, “Apesar da cor, ele trabalha bem”? Injunções tão arraigadas e naturalizadas no discurso social que por diversas vezes não são notadas.

Interessante observar que mesmo quando, supostamente, tanto se falou e se desenvolveu em termos de racismo no país e no mundo, essas frases adversativas podem passar despercebidas ainda hoje no dia a dia. Do que se trata esse despercebido⁶? Teria relação com a recusa?

Caberia argumentar que a relação “Fulano é..., mas...” não se reporta somente ao negro. Cotidianamente também escutamos “É pobre, mas é limpinho”, “É homossexual, mas é bacana”, “É gorda, mas é bonita”. Trata-se de injunções que localizam valores narcísicos em um campo de pertinência, ou seja, ideais de eu bem estabelecidos no psiquismo, relativos a um determinado contexto sócio-histórico, sujeitos a variações no tempo e no espaço e que sugerem o tal “despercebido” no terreno do *recalque* e da *negação* e não no da recusa como mecanismo em jogo.

Em seu artigo de 1925 – “A negação”⁷ –, Freud fornece elementos que embasam essa hipótese, postulando a negação como um mecanismo que se dá no nível da linguagem e que não impede a operação do recalque. Na negação, o recalque continua operando e o que vem à tona na fala do sujeito é a representação recalçada que só será manifesta na condição de um “não” em sua frase formulada. Através da formulação “Fulano é..., mas...” é possível, portanto, tomar contato com a vigência do recalque. O sujeito que o expressa aceita intelectualmente a veiculação do conteúdo

identificar o recalque como um mecanismo presente no trato do racismo em nossa cultura não implica descartar a hipótese de que a recusa possa figurar no laço social

recalcado, passado por este – e por quem o escuta – sem abrir conflitos, sem cessar o recalque.

À luz das teorias sexuais infantis exploradas em “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”⁸, podemos pensar que, ao se estabelecerem as adversativas “Fulano é..., mas...”, a fantasia do sujeito se localiza no espectro da polaridade fálico-castrado, numa realidade psíquica que já admitiu a ausência do pênis na menina e a presença no menino, mas que, sem poder significá-la pela via da diferença, estabelece o *mais valor versus menos valor*. Importante considerar que, diferentemente do que não ocorre na recusa, há nesse caso a atribuição de juízo de valor e existência da realidade pelo Eu, localizando, portanto, a existência do recalque na relação do brasileiro com o racismo.

Porém, identificar o recalque como um mecanismo presente no *trato* do racismo em nossa cultura não implica descartar a hipótese de que a recusa possa figurar no laço social diante dessa pauta. Sabemos que a recusa é democrática do ponto de vista psíquico e econômico, podendo ser encontrada nas psicoses, perversões e neuroses a partir de manifestações avassaladoras e impossibilitadoras para os sujeitos. E por que não a recusa aqui?

Eis outra manifestação subjetiva posta em nossa vida social, causadora de estranhamento e reflexão: na cidade de São Paulo há um restaurante bastante conhecido, chamado Sensala. Localizado em um bairro nobre da cidade, existe desde a década de 1970 e está muito bem consolidado como ambiente agradável e bem avaliado pela população de modo geral. Em seu portal⁹ é descrito como “um ambiente que na década de

4 “Pelé faz crítica a Aranha: ‘Quanto mais se falar mais vai ter racismo’”. *Globo Esporte*. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2014/09/pele-sobre-participacao-brasileira-na-copa-do-mundo-um-desastre.html>>.

5 M. D. Rosa, *Histórias que não se contam – o não-dito na psicanálise com crianças e adolescentes*.

6 Aqui, o substantivo “despercebido” foi usado para denotar algo que, embora presente em frases formuladas pelos sujeitos como palavras, surge como ausente do ponto de vista do reconhecimento de sua existência. O “despercebido” não se refere a um conceito. Trata-se de uma palavra forjada para expressar as diferentes possibilidades de evitação da existência de um conteúdo para o psiquismo de um modo geral, antes de identificar qual seria o estatuto psíquico dessa evitação.

7 S. Freud, “A negação”.

8 S. Freud, “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”.

9 Disponível em: <www.senzala-sp.com.br/restaurante>.





*o que representa para um país
que traz a escravidão em sua bagagem
histórica referendar um restaurante
com o nome de Senzala?*

70 tornou-se ‘a sensação da juventude’, um lugar gostoso de estar, ideal para dias quentes, dada sua amplitude, infraestrutura e grande terraço”. Como contraponto, a enciclopédia virtual Wikipedia¹⁰ traz a seguinte definição histórica de senzala:

A senzala era uma espécie de habitação ou alojamento dos escravos brasileiros. Elas existiram durante toda a fase de escravidão (entre os séculos XVI e XIX) e eram construídas dentro da unidade de produção (engenho, mina de ouro e fazenda de café). As senzalas eram galpões de porte médio ou grande em que os escravos passavam a noite, tinham grandes janelas com grandes grades e seus moradores só saíam de lá para trabalhar e apanhar. Muitas vezes, os escravos eram acorrentados dentro das senzalas para evitar as fugas. Costumavam ser rústicas, abafadas (possuíam poucas janelas) e desconfortáveis. Eram construções muito simples feitas geralmente de madeira e barro e não possuíam divisórias. Os escravos dormiam no chão duro de terra batida ou sobre palha. Costuma haver na frente das senzalas um pelourinho (tronco usado para amarrar o escravo para a aplicação de castigos físicos).

Enfim, como dizer que um brasileiro não *sabe* o que é uma senzala ou algo de sua conotação na história de um país que viveu por, pelo menos, três séculos em regime escravocrata? O que representa para um país que traz a escravidão em sua bagagem histórica referendar um restaurante com o nome de Senzala? Poderíamos pensar que quando o assunto reporta a esse período violento e traumático de sua história o “brasileiro sabe, mas mesmo assim”, expressão cunhada por Octave Mannoni a respeito do mecanismo da recusa?

Mannoni¹¹ debruçou-se sobre o poder das crenças na constituição do fetichismo e da recusa, referindo que a criança, ao tomar contato com a realidade da anatomia feminina, desaprova aquilo que vê (não vê) ou repudia a falta encontrada na mãe a fim de conservar sua crença na existência do falo nesta. Impossível deparar com uma mãe castrada e passar incólume pela experiência. Segundo o autor, a criança, nessa circunstância, após atravessar a experiência não mais conserva intacta a crença na completude materna; sem dúvida ela conserva essa imagem, mas igualmente a abandona, tendo agora uma atitude dividida em face dessa crença. Ela agora “sabe, mas mesmo assim”.

Sabe-se que a crença na presença do falo na mãe é a primeira crença a que se renuncia e o modelo de todas as outras renúncias para o sujeito. A crença, muito poderosa e difícil de abrir mão, pode se manter apesar do desmentido da realidade e constituir-se num campo transcendente e flutuante de verdade e mentira onde ninguém acredita nela e, ao mesmo tempo, todo mundo acredita. Algo que aparentemente ninguém assume. Mas acredita-se. “Não há nada mais banal que uma observação como esta – e, no entanto, se nela nos detivermos, nada mais desconcertante”¹².

Para Ribeiro¹³, pode-se dizer que o Brasil é um país traumatizado que jamais ajustou contas com suas dores terríveis, obscenas, da colonização e da escravatura¹⁴. Ele aponta a falta de elaboração da violência escravagista no país ainda como o mais grave, já que redundava na repetição mortífera e obsessiva dos traumas de desigualdade e iniquidade a que ficamos submetidos em nossa história.

O Restaurante Senzala não abre conflitiva ou incômodo. Nada desconcertante. O nome Senzala alude a um local de opressão, violência e massacre de seres humanos que marca a história do Brasil. No entanto, ter seu nome referendado a um restaurante não causa vergonha ou qualquer escândalo dessa ordem. E se o nome fosse Restaurante Auschwitz?¹⁵ Que absurdo seria! Tanto *Auschwitz* quanto *Senzala* representam locais da catástrofe humana aos olhos do mundo, porém a *Senzala* foi integrada à cultura brasileira como

ambiente que, embora *sabido* como símbolo da desumanização do negro, permanece *mesmo assim* aceita e respaldada pelo então já mencionado mito da democracia racial.

Dadas essas considerações, parto da hipótese de que quando o assunto é a relação do brasileiro com a própria história e o traumático advindo desta, há que se considerar a operação da recusa como um dos mecanismos figurantes no laço social. Se Penot¹⁶, ao tratar da heterogeneidade fundamental dos suportes narcísicos do ser humano, sublinhou dois registros diferentes – a saber, a prematuridade do corpo ao nascer e a antecedência do discurso parental sobre o corpo do sujeito –, não deixou de enfatizar a premência de um discurso que o recém-chegado recebe de seu primeiro entorno como determinante na designação dos registros que posteriormente construirá sobre si mesmo no mundo, por que não pensar sobre o discurso da *Pátria-Mãe* como tão determinante na constituição de um lugar narcísico para o brasileiro?

Palavras da *Pátria-Mãe* que desde tempos de outrora designam o brasileiro como sujeito cordial, amigável, extrovertido e criativo. Aquele povo de fácil trato e grande abertura e disponibilidade para

»
*como seria para o brasileiro,
do ponto de vista narcísico,
reconhecer que há contas
a serem ajustadas?*

aceitar o diferente. Povo miscigenado! Povo feliz! Como seria abrir mão dessa *crença*? Como seria para o brasileiro, do ponto de vista narcísico, reconhecer que há contas a serem ajustadas? Como seria sua sustentação narcísica após a admissão de registros traumáticos da história, tais como o massacre do negro e o racismo tão presente? Quando o assunto é a discriminação contra o negro, o brasileiro recusa a própria realidade racista na tentativa de evitar um grande abalo narcísico.

O negro, a constituição do narcisismo, a recusa

Costa¹⁷ é um interlocutor privilegiado naquilo que tange à problemática da constituição narcísica do sujeito negro, afinal, o autor se deteve sobre as questões metapsicológicas a serem atravessadas por ele na árdua empreitada de fazer-se sujeito no mundo. Através de uma rica reflexão, estabeleceu alguns eixos temáticos de abordagem do narcisismo do negro em suas peculiaridades, sendo estes a relação deste sujeito com o próprio *corpo* e as vicissitudes existentes na construção do *exercício do pensamento*. Além disso, ao longo de sua produção, cabe colocar que, embora o autor não mencione a recusa propriamente dita como mecanismo a ser encontrado nesse processo, alude a dois fenômenos que sugerem a sua presença na formação identitária do sujeito negro: a *clivagem psíquica* e o *fetichismo*.

Ao longo de um capítulo no qual buscou aprofundar a reflexão sobre o negro em sua relação com a cultura racista e com o próprio corpo, conta-nos de um psiquismo selado pela

10 Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Senzala>>.

11 O. Mannoni, “Eu sei, mas mesmo assim”.

12 O. Mannoni, *op cit*.

13 R.J. Ribeiro, in J.R. Costa. *Razões públicas, emoções privadas*.

14 Em 2012, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, interpelado pelas questões políticas e subjetivas postas em torno da questão do racismo em nossa sociedade, promoveu um evento com a proposta de discutir a temática, trazendo números relevantes acerca do período escravocrata no Brasil. Trata-se de um período de 320 anos de escravidão que redundou em 70 milhões de mortes de negros escravizados.

15 Agradeço ao meu amigo Marcos Castilha por um dia ter levantado, despretensiosamente, essa questão que permaneceu em minha cabeça por anos, desembocando em tal problematização. Também vale a pena mencionar que uma reportagem do site <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/06/senzala-nunca-mais-intervencao-artistica-contesta-nome-de-restaurante-em-sp/>> noticiou uma intervenção artística ocorrida em junho de 2015 no Restaurante Senzala. Os artistas, negros, protestaram contra o nome do estabelecimento, erguendo faixas de indignação. Em uma delas estava escrito “Restaurante Auschwitz”.

16 B. Penot, *Figuras da recusa: Aquém do negativo*.

17 J. F. Costa, *Violência e psicanálise*.



Jurandir Freire Costa é categórico na compreensão de que tais entraves não poderiam ser explicados exclusivamente pela chave do recalque

perseguição, repúdio, ódio, revolta, amargura, vigilância e controle desse corpo tão distante do ideal de brancura imposto a ele como desejável. Nesse sentido, habitar um corpo negro implicaria atravessar uma gama de afetos intensos e a violência causada por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco – ideais incompatíveis com a sua estrutura física – e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro em sua realidade concreta.

Se lembrarmos com Freud que “O Eu é sobretudo corporal, não apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção da superfície”¹⁸, constatamos que a dupla violência sofrida pelo corpo negro o exclui de uma suposta norma psicossomática e o coloca diante de uma dor narcísica tal que o exercício do pensamento, representativo por definição, nesse caso, sofre uma subversão: é açoitado por sofrimento, censura, autorrestrrição, sendo forçado a não representar a identidade real do sujeito, de modo a negar e afirmar a presença da negritude. O pensamento do negro, atravessado pelo racismo, vivencia a condição de uma abolição simbólica.

Ao deparar com a complexidade da questão, Costa é categórico na compreensão de que tais entraves não poderiam ser explicados exclusivamente pela chave do recalque. Ele menciona tanto fenômenos como a *foraclusão* e a *alucinação negativa*, ambos reveladores de um pensamento privado do confronto com outro pensamento, perdido, portanto, numa espécie de solipsismo e impermeabilização.

Ao dizer que “a identidade do negro, temida e odiada, emerge como um corpo estranho que o pensamento, surpreendido em suas lacunas, não

sabe qualificar”, ele, primeiramente, menciona a recusa, para depois mencionar a alucinação negativa e fundamentar seu raciocínio: “[...] após ter sido recusada, melhor dito, alucinada negativamente, volta à tona. Não com a inquietante estranheza do retorno do recalque, mas com a tonalidade afetiva e representacional própria do fato alucinatório”¹⁹. Há aqui uma compreensão metapsicológica que caminha na linha da alucinação negativa, e não da recusa, para pensar o narcisismo do negro e o rompimento dos elos com a realidade. No entanto, identificamos no autor a existência de expressões ilustrativas da recusa, ao sugerir uma perda de diálogo entre duas partes do psiquismo, dada a cisão do Eu. Eis algumas delas: “pensamento opera um compromisso: afirma e nega a presença da negritude”, “dúvida deixa de existir para o sujeito negro”²⁰.

Sustento a hipótese da recusa diante da constituição narcísica do negro quando penso que este é um processo transgeracional vivido à custa de ataques à filiação do sujeito negro e de sua construção identitária, culminando na impossibilidade de pensar sobre a própria identidade. Na tentativa de compreender essa impossibilidade do negro, curiosamente, tanto Costa quanto Penot utilizam recursos imagéticos semelhantes para ilustrar a relação – ou não relação – entre instâncias ideais, mais precisamente entre o Eu e Ideal de Eu. Enquanto o primeiro autor faz a imagem de um *fosso* que o sujeito negro tenta transpor à custa de uma impossibilidade de equilíbrio psíquico, o segundo fala sobre a perturbação de referências das quais depende a sustentação do narcisismo, atentando para uma *zona psíquica*, ou seja, um lugar onde a abolição simbólica é mantida pela recusa e irá se manifestar como local de predileção da compulsão à repetição/pulsão de morte.

Pensem agora sobre o *fetichismo* e sua presença na constituição narcísica do negro. O que o negro, sujeito que vive tantos entraves significativos no exercício do pensamento, faz com aquilo que *sabe*?

Segundo Costa²¹, o negro sabe que o branco criou a inquisição, o colonialismo, o imperialismo, o antissemitismo, o nazismo, o stalinismo e tantas outras formas de opressão ao longo da história. Também sabe que o branco criou a escravidão. O negro sabe tudo isso e, talvez, muito mais. Porém, a brancura transcende o branco. A brancura faz-se fetiche, ideal cultural imaculado, enquanto o negro, nesse sentido, é este que ainda não consegue transpor o registro do “Eu sei, mas mesmo assim” para uma formulação do tipo “Eu sei, é isso mesmo”, quando se trata da admissão da realidade de sua própria identidade. Diante da relação com a brancura fetiche, algo dessa realidade não poderá ganhar significado e seguirá carente de simbolização nessa problemática narcísica.

Freud parte do “Fetichismo” de 1927²² para pensar a respeito da função do objeto fetiche para o psiquismo. O fetiche surge como um tamponador, substituto do falo, representante da tentativa de manutenção da crença em uma mãe não castrada. Esse objeto, segundo Freud, será superinvestido, sofrerá um aumento extraordinário, monumental, proporcional ao horror do sujeito à castração. Diante da atitude dividida do sujeito perante a castração, o fetichista viverá uma experiência de indício de triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela ao mesmo tempo. Penot, nessa mesma linha, chega a nomear o fetiche como uma *neoproteção*, ou seja, algo que poderia assegurar a alguns sujeitos uma suficiente proteção narcísica que permitiria evitar-lhes o agravamento das consequências da clivagem de seu ego na relação com a realidade. O fetiche, nesse sentido, por mais paradoxal que pareça, opera uma função protetiva de um colapso psíquico total. Afinal, sem ele, o psiquismo clivado poderia chegar a uma condição de insuportabilidade tal que ameaçaria sua

»
*o fetichista viverá uma experiência
de indício de triunfo
sobre a ameaça de castração
e uma proteção contra ela
ao mesmo tempo*

integridade, desembocando, talvez, em uma construção delirante.

Não obstante, nesse mesmo texto, Freud nos lembrará de que a relação do sujeito com seu objeto fetiche não viria marcada apenas pela afeição. Segundo ele, a afeição e hostilidade correm paralelas com a recusa e o reconhecimento da castração, e estão mescladas em proporções desiguais, em casos diferentes, de maneira a que uma e outra sejam mais facilmente identificáveis. Com isso, penso sobre a relação que o negro pode vir a estabelecer com a brancura fetiche tomando-a como referencial identitário, ideal impossível que se tornará depositário de muita idealização e ódio.

Racismo: o discurso ao estrangeiro e a vivência do desmentido

Koltai²³ aponta que é preciso um discurso social para se falar no racismo propriamente dito. Segundo a psicanalista, o racismo explícito precisa nomear esse estrangeiro que você tem que temer, não se tratando somente de uma simples questão de agressividade e ódio, mas de linguagem. A linguagem, nesse sentido, é pensada a partir da passagem da xenofobia ordinária para o racismo. Enquanto a xenofobia ordinária refere-se a um momento mais precoce da constituição, em que todos nós, humanos, manifestamos reações de recuo perante um rosto desconhecido – o que foi chamado de angústia do oitavo mês – de onde advirá, com o processo de socialização, um *nós* que se oporá aos *outros*, instalando um campo indiscriminado de angústia

18 S. Freud, “O Eu e o Id”.

19 J. F. Costa, *op. cit.*

20 J. F. Costa, *op. cit.*

21 J. F. Costa, *op. cit.*

22 S. Freud, “Fetichismo”.

23 C. Koltai, “Da xenofobia ao racismo: mal-estar moderno”.



nessa relação,
ocorre a expulsão do mau
e a introjeção do bom
na conservação do Eu

nesta relação²⁴; o racismo, por sua vez, diz respeito a um momento posterior, quando a angústia passa a se configurar como medo, adquirindo nome, direção e argumento. Trata-se de uma situação em que o sujeito, respaldado por um discurso, faz o apontamento do outro como alvo do não reconhecimento e de um ódio de si – constituinte – que carrega consigo e será vetorizado contra personagens da cultura. Nessa relação, ocorre a expulsão do *mau* e a introjeção do *bom* na conservação do Eu, remetendo-nos a um momento inicial da constituição psíquica no qual, para o Eu, o que é mau e o que é forasteiro, o que se acha fora, são idênticos inicialmente²⁵.

O racismo, desde essa articulação com o estrangeiro, deve ser compreendido tanto pela perspectiva da insuportabilidade que cada sujeito encontra ao ter que se haver com a própria estrangeiridade inerente, quanto pela perspectiva histórica, que o denuncia como criação moderna, tributo do discurso da ciência e do capitalismo, produtores da noção de exploração do outro em sua força de trabalho agregado à concepção de inferioridade de uma raça em relação à outra. Entende-se que esses aspectos estarão presentes na constituição do sujeito e do laço social, de modo que a relação com o estrangeiro nunca se dará pela via da indiferença.

Lebrun²⁶, ao referir-se aos discursos formadores da subjetividade, debruçou-se sobre o fenômeno do nazismo como sistema discursivo totalitário também muito bem respaldado por uma ideologia. Filho de um discurso, rebento de uma retórica a serviço da saúde humana, o nazismo justificou-se na biologia racial, pela legitimidade científica, valendo-se da medicina como

racionalidade da ciência que estaria convocada para conjurar a doença de um sistema. Nesse sentido, não mais um sujeito, mas um sistema justificaria os mecanismos de desumanização de judeus e outras minorias sem dificuldade, de modo que a câmara de gás, nessa lógica, não passaria de um *procedimento médico para vidas que não valiam a pena serem vividas*, o judaísmo seria descrito como uma *tuberculose de raças dos povos* a ser eliminada, e a famosa saudação *Heil Hitler* poderia ser traduzida por “Que Hitler esteja em boa saúde”.

Ao considerarmos a sustentação da desumanização por um discurso ideológico, transcendemos a relação binária e reducionista de um carrasco com sua vítima e passamos a olhar para o sistema regente onde ambos se constituem. A questão da violência ao outro se complexifica, na medida em que a não consideração desse outro como ser pertencente à raça humana, não somente pelo seu carrasco, mas por todo o sistema social ao qual pertence, equivale a desinscrever qualquer terceiridade, ou seja, qualquer possibilidade de reconhecimento da humanidade e da violência contra ela que ali ocorre. Diante de situações de extrema violência, a metáfora fundadora do humano estaria recusada, nos diz Lebrun²⁷.

O reconhecimento fundamental de uma violência contra a humanidade, no caso do nazismo, veio a acontecer, felizmente. Todavia, cabe pontuar que a magnitude de episódios aniquiladores da identidade humana, com potencial de assujeitamento e deslegitimação de raças e povos, tal como ocorreram ao longo da vigência do regime nazista, revelou-se tão excessiva, que ultrapassou as possibilidades de entendimento e significação humana. As palavras, meio de simbolização propriamente dito, se revelaram faltantes em um primeiro momento e, somente *a posteriori*, o nazismo veio ganhar o nome, a definição e o estatuto de *crime contra a humanidade*²⁸. O reconhecimento da experiência traumática não se dá imediatamente.

O corpo alvejado pelo racismo, nesse sentido, é este que viverá uma experiência traumática de atentado à sua própria integridade narcísica, além da destituição de um lugar de sujeito que

lhe caberia como direito. A vivência do traumático coloca em pauta a falta de condições de representação de um excesso a que o sujeito foi submetido, introduz a falta de reconhecimento como elemento que dará ao trauma um caráter desestruturante para quem o vive, além do apontamento da recusa como possível caminho defensivo para o Eu. Uchitel²⁹ tratou da questão da falta de reconhecimento do evento traumático e suas consequências para o sujeito, evocando, para isso, uma passagem de Ferenczi:

A memória do acontecimento não é o traumático. O que resultará traumático será a experiência que põe em dúvida o sistema – até então confiável – de relações, representações e valores, que ataca o self e suas construções, pelo qual nem o si mesmo nem os outros serão mais os mesmos.

Diante do desmentido, o trauma não permite que a experiência se inscreva simbolicamente. A

24 Radmila Zygouris traz elementos para pensar nessa dimensão. Ela teoriza a respeito da dimensão constituinte da angústia, postulando que lidar com o estrangeiro é lidar com resíduos não simbolizados desde a constituição do narcisismo. Segundo a autora, após o reconhecimento do Eu, permanece na criança algo do não separado, que não foi absorvido por nenhuma representação, nem de si própria, nem do outro, o que se constituirá como matéria-prima para a vivência do Umheimlich (1919), a do estrangeiro como resto de estrangeiridade no próprio sujeito.

25 S. Freud, “A negação”, *op. cit.*

26 J.-P. Lebrun, *Um mundo sem limite – ensaio para uma clínica psicanalítica do social.*

27 J.-P. Lebrun, *O mal-estar na subjetivação.*

28 Segundo a enciclopédia virtual Wikipédia, apenas em 2007 entrou em vigor uma lei sancionada pela União Europeia (UE) que pune com prisão quem negar o Holocausto. Em 2010, a UE também criou a base de dados europeia EHRI (em inglês: European Holocaust Research Infrastructure) para pesquisar e unificar arquivos sobre o genocídio. A Organização das Nações Unidas (ONU) homenageia as vítimas do Holocausto desde 2005, ao tornar 27 de janeiro o Dia Internacional de Recordação do Holocausto, por ser o dia em que os prisioneiros do campo de concentração de Auschwitz foram libertos. Ao constatar o caráter recente dessas políticas, podemos pensar tanto sobre o tempo necessário para a elaboração psíquica do horror e para a criação de iniciativas de reconhecimento do traumático existente em uma história, quanto na permanência dos efeitos de uma atrocidade por anos a fio, mobilizando na humanidade tentativas de reparação do mal e de suas marcas ainda hoje.

29 M. Uchitel, *Neurose traumática: uma revisão crítica do conceito de trauma.*

30 A. Novaes, *Mutações: a invenção das crenças.* Ao retomar os filósofos Victor Brochard e Wilhelm Busch.

»
*crença na nobreza de um país
sem passado, crença no silêncio
como meio de lidar com a violência,
crença em uma história fetiche.
Acreditamos nisso?*

percepção, quando traumática, não se inscreve, não se transcreve, havendo de imediato uma abolição simbólica que a coloca no circuito repetitivo da pulsão de morte.

Para pensar sobre a presença do racismo na cultura brasileira, faz-se necessário olhá-la desde o paradoxo do desmentido: ao mesmo tempo que percebido como algo institucionalizado – vide relatório da ONU –, ele permanece em algum grau como não reconhecido, considerado tema a não ser abordado ou inexistente. Se em 1890, dois anos após a abolição da escravidão no Brasil, fez-se um hino que dizia “nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”, não esqueçamos que em 2014, dois séculos depois, após tantas transformações, criação de leis que institucionalizaram, nomearam e incriminaram a prática do racismo no país, ainda há um *Rei* que manda calar, reiterando que “quanto mais falar, mais vai ter racismo”.

Crença na nobreza de um país sem passado, crença no silêncio como meio de lidar com a violência, crença em uma história fetiche. Acreditamos nisso? A crença, nesse sentido, deve ser pensada como veículo para a recusa da realidade e para a manutenção de um saber de si. Veículo de sustentação identitária, suporte para a elevação narcísica a despeito de qualquer revelação confrontadora da realidade. “Os casos de crenças são casos de amor. Não existem razões a favor ou contra isso”, “Qual a diferença entre acreditar e estar certo?”, “Por que as pessoas preferem acreditar quando dispõem de meios para saber?”³⁰.

A crença também deve ser incluída no campo da linguagem, já entendida como insuficiente e falaciosa, moduladora de furos, lapsos

e parcialidades no exercício da transmissão psíquica. Afinal, o que seria passível de transmissão ou não de uma geração a outra e quais os papéis das crenças nesta levada? Trata-se de uma questão complexa. Por enquanto, situo a crença dentro de uma ambiguidade importante: tanto em seu caráter encobridor de conteúdos

de magnitudes pulsionais desestabilizadores de narcisismos, em sua presença tamponadora desde um hino do século XIX – eis o brasileiro que *sabe* que é, *mas* não se acredita racista – quanto em seu caráter de aposta no sujeito e na palavra, em seu poder revelador e transformador – eis minha motivação para escrever este artigo.

Referências bibliográficas

- Costa J. F. (2003). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud S. (1925/2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 16.
- _____. (1925/2011). A negação. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 16.
- _____. (1927/1996). Fetichismo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI
- _____. (1923/2011). O Eu e o Id. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 16.
- _____. (1919/2011). O inquietante. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 14.
- Koltai C. (2013). Da xenofobia ao racismo: mal-estar moderno. *Percurso*, n. 51, p. 127-150.
- Lebrun J.-P. (2004). *Um mundo sem limite – ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- _____. (2010). *O mal-estar na subjetivação*. Porto Alegre: Ed. CMC.
- Mannoni O. (1991). Eu sei, mas mesmo assim. In: Skatz C. (org.). *Psicose: uma leitura psicanalítica*. Trad. Mary Kleinman. 2. ed. São Paulo: Escuta.
- Novaes A. (2011). *Mutações: a invenção das crenças*. São Paulo: Sesc-sp.
- Penot B. (1992). *Figuras da recusa: Aquém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ribeiro R. J., in Costa, J.R. (1999) *Razões públicas emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rosa M. D. (2009). *Histórias que não se contam – o não-dito na psicanálise com crianças e adolescentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Uchitel M. (2001). *Neurose traumática: uma revisão crítica do conceito de trauma*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Zygoris R. (1998). De alhures ou de outrora ou o sorriso do xenófobo. In: *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta.

Endereços eletrônicos consultados:

- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Holocausto>
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Senzala>
- www.senzala-sp.com.br/restaurante
- <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-instituionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>
- <http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2014/09/pele-sobre-participacao-brasileira-na-copa-do-mundo-um-desastre.html>
- <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/06/senzala-nunca-mais-intervencao-artistica-contesta-nome-de-restaurante-em-sp/>

Our racism of each day and the incidence of refusal on social ties

Abstract This article supports the hypothesis of the incidence of the denial mechanism in the social bond advocating its role against racism in the Brazilian culture. It stands out as the main axis of this text: a reflection on the discourse of character woven by some Brazilians crossed by the racism of this phenomenon in its history, the subject of the constitution of the black narcissism in social bond, besides the issue of racism as a discourse aimed at foreigners that reveals the denial of reality.

Keywords racism; denial; narcissism; social discourse.

Texto recebido: 04/2015

Aprovado: 05/2015